



MPF  
FLS. \_\_\_\_\_  
2ª CCR

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

**VOTO Nº 8701/2013**

**PROCESSO MPF Nº 1.17.000.001872/2013-65**

**ORIGEM: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESPÍRITO SANTO**

**PROCURADOR OFICIANTE: FLÁVIO BHERING LEITE PRAÇA**

**RELATORA: RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE**

**PEÇAS DE INFORMAÇÃO. REVISÃO DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES. ENUNCIADO Nº 32 DA 2ª CCR. CRIME DE ESTELIONATO (CP, ART. 171, §3º) FRAUDE PARA RECEBIMENTO INDEVIDO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. TRIBUTO FEDERAL, DE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DA UNIÃO. ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PARA A PERSECUÇÃO CRIMINAL. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO.**

1. Notícia de Fato. Criação de sindicatos e federações fictícias para a obtenção de vantagens pessoais sem amparo legal. Crime de estelionato (CP, art. 171, §3º). Declínio de atribuições. Revisão pela 2ª Câmara.

2. O art. 589, II, “e”, da CLT, estabelece que do produto da arrecadação sindical dos trabalhadores 10% (dez por cento) será destinado a “Conta Especial Emprego e Salário”, conta essa vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego e cujos recursos são, por sua vez, repassados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, destinado ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, ao pagamento do abono salarial e ao financiamento de programas de educação profissional e tecnológica e de desenvolvimento econômico, nos exatos termos do artigo 10 da Lei nº 7.998/90.

3. Assim, parcela dos valores que, em tese, foram indevidamente recebidos eram destinados à União. Inquestionável, portanto, que a referida conduta lesionou os bens jurídicos albergados pelo art. 109, IV, da Constituição da República, firmando a competência da Justiça Federal para processar e julgar a eventual ação penal e, via de consequência, a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução criminal.

4. Não homologação do declínio de atribuições e designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Trata-se de Notícia de Fato instaurada para apurar o crime de estelionato (CP, art. 171 §3º), consistente na criação de sindicatos e federações fictícias para a obtenção de vantagens pessoais sem amparo legal.

O Procurador da República Flávio Bhering Leite Praça, por entender que a conduta caracteriza o crime de estelionato (CP, art. 171) praticado exclusivamente contra particulares (trabalhadores e empresas), e que não foi

praticada em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, o que justificaria a competência da Justiça Federal, nos termos do art. 109 da Constituição da República, promoveu o declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual (fls. 172/173).

Os autos foram encaminhados a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do Enunciado nº 32.

É o relatório.

Com a devida vênia do Procurador da República oficiante, a competência para o processo e julgamento do crime em análise é da Justiça Federal e, conseqüentemente, da atribuição do Ministério Público Federal a persecução penal.

Para o Supremo Tribunal Federal, nos dizeres de Eduardo Sabbag<sup>1</sup>, *“a contribuição sindical é modalidade de contribuição parafiscal (ou especial), na subespécie 'corporativa ou profissional' – um tributo federal, de competência exclusiva da União”*. Nesse sentido:

**A contribuição sindical é tributo cuja instituição está na esfera de competência da União (arts. 8º, IV, 149 e 240 da Constituição).** (Trecho do voto do Relator Min. JOAQUIM BARBOSA, ADI 4033, Tribunal Pleno, julgado em 15/09/2010, DJe-024 DIVULG 04-02-2011 PUBLIC 07-02-2011 EMENT VOL-02458-01 PP-00001 RSJADV mar., 2011, p. 28-37)

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. IMUNIDADE. C.F., 1967, ART. 21, PAR-2., I, ART-19, III, "b", C.F., 1988, ART-149, ART-150, VI, "b". I. A imunidade do art. 19, III, da CF/67, (CF/88, ART. 150, VI) diz respeito apenas a impostos. **A contribuição é espécie tributaria distinta, que não se confunde com o imposto. É o caso da contribuição sindical, instituída no interesse de categoria profissional (CF/67, art. 21, par-2., I; CF/88, art. 149)**, assim não abrangida pela imunidade do art. 19, III, CF/67, ou art. 150, VI, CF/88. II. Recurso Extraordinário não conhecido. (RE 129930, Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO, Segunda Turma, julgado em 07/05/1991, DJ 16-08-1991 PP-10788 EMENT VOL-01629-02 PP-00257 RTJ VOL-00136-02 PP-00846) (g. n.)

---

<sup>1</sup> SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 504.

Além disso, o art. 589, II, “e”, da CLT<sup>2</sup>, estabelece que do produto da arrecadação sindical dos trabalhadores 10% (dez por cento) será destinado a “Conta Especial Emprego e Salário”, conta essa vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego e cujos recursos são, por sua vez, repassados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, destinado ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, ao pagamento do abono salarial e ao financiamento de programas de educação profissional e tecnológica e de desenvolvimento econômico, nos exatos termos do artigo 10<sup>3</sup> da Lei nº 7.998/90.

Destarte, como se vê, parcela dos valores que, em tese, foram recebidos indevidamente era destinada à União.

Inquestionável, portanto, que a referida conduta lesionou os bens jurídicos albergados pelo art. 109, IV, da Constituição da República, firmando a competência da Justiça Federal para processar e julgar a eventual ação penal e, via de consequência, a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução criminal.

Diante do exposto, voto pela não homologação do declínio de atribuições e pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Encaminhem-se os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Espírito Santo para cumprimento, cientificando-se o Procurador da República oficiante, com as nossas homenagens.

Brasília, 21 de outubro de 2013.

**Raquel Elias Ferreira Dodge**  
Subprocuradora-Geral da República  
Coordenadora da 2ª CCR/MPF

/T.

---

<sup>2</sup> Art. 589. Da importância da arrecadação da contribuição sindical serão feitos os seguintes créditos pela Caixa Econômica Federal, na forma das instruções que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho: (Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976) (Vide Lei nº 11.648, de 2008)

(...)

II - para os trabalhadores: (Redação dada pela Lei nº 11.648, de 2008)

(...)

e) 10% (dez por cento) para a ‘Conta Especial Emprego e Salário’; (Incluída pela Lei nº 11.648, de 2008)

<sup>3</sup> Art. 10. É instituído o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, destinado ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, ao pagamento do abono salarial e ao financiamento de programas de educação profissional e tecnológica e de desenvolvimento econômico. (Redação dada pela Lei nº 12.513, de 2011)